

POLITICA
ALÉM DA NOTÍCIA

Os condestáveis

O deputado Ulysses Guimarães atravessou a praça e, no cair da tarde, foi ao Ministério das Minas e Energia para conversar com o ministro Aureliano Chaves. Os dois são os atuais condestáveis da República, função que já correspondeu, no regime anterior, ao marechal Cordeiro de Farias, a quem os presidentes "sorbonnistas" sempre chamavam em momentos de dificuldade. O presidente Sarney está agora convivendo com elas, "in extremis".

Os dois líderes da Aliança Democrática desejam mantê-la viva, e ambos estão solidários com a palavra de ordem do chefe do Governo em torno dos cinco anos de mandato. Mas se consideram ao mesmo tempo dotados de visão crítica para não embarcarem numa canoa furada.

Há quem diga que ambos têm um temperamento refratário ao tranqüilo entendimento e à conversação destituída de emoção. Há engano, talvez. Ulysses é um político que se fez nas batalhas que enfrentou, nunca pelas delicadezas do estilo concessivo. Aureliano não leva desaforo para casa e não está disposto a admitir como dogmas meias verdades vendidas pelo esquema oficial.

O ministro das Minas e Energia é até mesmo identificado por passagens duras, de intervenções de absoluta franqueza, que devem chocar as cordas sensíveis de um caráter político mais maleável. No atual Governo, foi ele quem preveniu o presidente Sarney de que não deveria se envolver na discussão de seu mandato. Perderia força e autoridade.

Em outra intervenção, Aureliano Chaves ponderou a José Sarney, seu velho e dileto amigo desde a UDN, que não entrasse nessa fria de procurar a popularidade à outrance. Na edição do Plano Cruzado número 1, na verdade, o Presidente procurou exigir seu perfil populista com a súbita notoriedade que alcançou, de um verdadeiro Deus e pai de todos. Mas tudo não passou de um crocodilo alimentado com caviar.

GOLBERY PASSA BEM

O ex-ministro Golbery do Couto e Silva está no Hospital das Forças Armadas, submetendo-se a exames de rotina de sua úlcera gástrica. Ontem, o ex-ministro foi surpreendido por ilustres visitantes lendo todos os jornais com muita avidez. E dizia: "Mesmo aqui sentado no quarto de um hospital não quero perder contato com esses dias emocionantes". E, ao receber a visita do ex-ministro, o senador Marco Maciel, disse: "Estou acompanhando tudo sobre o pacto. E acredito que tanto Lula como Leonel Brizola tem bastante espírito público para entender que a conciliação é a única saída para o País".

JOSÉ LOURENÇO ADMIRADO

Voltando de Portugal, o deputado José Lourenço está admirado pelo modo como um país menor que Pernambuco está pagando adiantado sua dívida externa, enquanto o Brasil, que é muito mais rico, segundo sua expressão, não tem dinheiro para importar meia dúzia de vinho do Porto numa mercearia portuguesa. A exagerada expressão do líder nacional do PFL é um sinal claro de revolta pelo que se passa no Brasil: Portugal teve dinheiro em caixa para pagar adiantado 2 bilhões de dólares de sua dívida externa e passa por um extraordinário momento de prosperidade.

LEONARDO MOTA NETO

O risco de Ulysses

O deputado Ulysses Guimarães trabalha intensamente para não colher surpresas desagradáveis na convenção nacional do PMDB, convocada para os próximos dias 18 e 19. Prepara um documento alinhando as principais teses do partido através da colaboração do economista Luciano Coutinho, do vice-governador de São Paulo, Almino Afonso e do jurista Miguel Reale Júnior, seu assessor particular.

O presidente do PMDB trabalha para que sejam objeto de deliberação do órgão supremo do partido apenas os assuntos que dizem respeito a seu programa — o que afastaria a duração do mandato e a forma de governo. Justamente os dois temas de maior interesse e aqueles que estão mobilizando bases e lideranças em todo o País.

A esquerda e os setores mais ortodoxos do PMDB mobilizam-se em sentido contrário. Querem não apenas discutir os temas de fundamental importância que estão sendo objeto de decisão na Constituinte, como desejam colocar para deliberação da maioria dos convencionais a duração do mandato presidencial e a forma de governo.

O senador Mário Covas, líder do partido na Constituinte, assumiu a liderança do grupo que contesta abertamente a liderança de Ulysses. Criou-se a expectativa de que Covas tende a assumir uma posição cada vez mais contestatória no PMDB, desafiando a liderança de Ulysses e preparando as bases de sua candidatura a presidente da República.

Aliado ao Palácio do Planalto, Ulysses deve conquistar a maioria do partido. Mas, esta é uma presunção que carece de confirmação na hora da colheita de votos dos convencionais.

Parece legítimo, contudo, esperar por uma vitória do grupo ligado a Ulysses e ao Governo. Covas tem consciência de que sua corrente é minoritária. "Dentro de pouco tempo, só eu continuarei defendendo o mandato de quatro anos", desabafou o líder do PMDB na Constituinte, advertindo para o poder de fogo do Governo.

Assegurada a maioria dos convencionais para os cinco anos de mandato e uma forma de presidencialismo misto, só restará a Mário Covas assumir uma posição cada vez mais distante de Ulysses. Nessa hipótese, ele deve se engajar mais abertamente na campanha de mobilização nacional em favor da realização das eleições diretas em 1988.

A sorte de Sarney está entregue aos cuidados do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Se o programa econômico de Bresser tiver condições de reduzir a inflação para quatro ou cinco por cento ao mês de julho, como espera o Governo, a posição política do atual Presidente da República tende a melhorar.

Nesse caso, o Governo reconquistaria pelo menos uma parte da credibilidade pública que perdeu desde os desastrosos do Plano Cruzado. Se o Plano Bresser revelar-se incapaz de domar o monstro inflacionário entraremos numa fase política particularmente turbulenta, sendo difícil prever os desdobramentos. Covas e seus amigos não contam com isso. Partem do pressuposto de que a crise brasileira é política, é uma crise de legitimidade que só será superada com a eleição do novo Presidente da República. Eis a razão por que esse grupo deve se engajar, dentro em pouco, na campanha das diretas com o PDT de Brizola, o PT e outras forças.

TARCISIO HOLANDA

Leônidas reafirma críticas à anistia

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, voltou a criticar a proposta, constante no anteprojeto da Constituinte, que anistia os militares punidos por atos administrativos após 1964 e prevê sua reintegração ao serviço ativo. Em matéria divulgada, ontem, no "Noticiário do Exército" o ministro afirma que a emenda constitucional nº 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte também concedeu anistia aos autores de crimes políticos.

Só no Exército, segundo a matéria, foram beneficiados com esta lei 515 pessoas, entre oficiais, praças e funcionários civis. Todos eles receberam as promoções na reserva, aos postos a que teriam direito se estivessem no serviço ativo. Por isso, afirma o ministro, "a reintegração ao serviço ativo seria uma extrapolção ao que foi e ao que se entende por anistia".

Na defesa de sua tese o ministro lembra, ainda, que no caso de uma reintegração faltaria a estes militares "habilitação técnica" que, segundo ele, só se adquire realizando cursos, estágios e estudos complementados com a "vivência prática". E acrescenta: "Ninguém pode ser oficial sem ter sido aprendiz. Começar pelo kart e estagiar nas fórmulas 3 e 2 é o caminho natural e seguro para se chegar à Fórmula 1".

A reintegração, à luz do bom-senso e pelo bem da

democracia, não deve ser concedida. Seria beneficiar descabidamente uns poucos com prejuízos atuais e futuros para a Nação inteira", afirma o ministro do Exército.

ALTERAÇÕES

Em Recife, o comandante do Comando Militar do Nordeste, general Luiz Ururay Neto, disse ontem esperar que sejam feitas alterações no anteprojeto constitucional, atualmente em discussão na Comissão de Sistematização da Constituinte.

"O texto em estudo deve ser melhorado", acrescentou o militar durante a cerimônia religiosa de Páscoa das Forças Armadas e PM sediadas no Recife. Para o general Ururay Neto, "muita coisa pode acontecer na Constituinte até chegar ao texto final da nova Carta". Ele enfatizou que o anteprojeto precisa de algumas "alterações".

O comandante militar do Nordeste qualificou o "quebra-quebra" ocorrido esta semana no Rio de Janeiro, como "um fato desagradável". O general Ururay Neto ressaltou, contudo, que os militares não cogitam intervir no processo político nacional. "É uma situação que preocupa mas não é da alçada do Exército qualquer intervenção".

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o arcebispo de Olinda e Re-

cife, dom José Cardoso Sobrinho, não compareceram à Páscoa dos militares mas enviaram representantes.

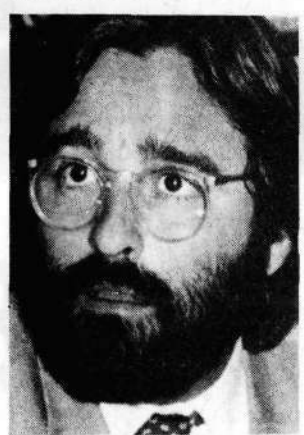
CONSTITUINTES

Para uma visita de dois dias às unidades militares da Aeronáutica sediadas em Natal, chegaram ontem 33 deputados e senadores constituintes. O avião, um Boeing 707 da Força Aérea Brasileira, chegou às 11h30 sendo recebido pelo comandante do Centro de Aplicações Táticas e Recomplicação de Equipagens (Catre), brigadeiro Castro e Paz.

Depois das honras militares, os constituintes assistiram a um audiovisual sobre as atividades do Catre, responsável pela preparação dos pilotos que saem da Academia de Pirassununga, São Paulo. Ontem à noite, os constituintes foram recepcionados com um jantar pelo governador Geraldo Melo e hoje visitarão o estande de tiros da FAB, no litoral norte do Estado e o Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno.

Alguns deputados e senadores vieram acompanhados de esposas, filhos e assessores. O voo direto Brasília-Natal foi batizado de "esperança dos suplentes" por ter sido realizado num Boeing 707, o mesmo modelo que no ano passado caiu na África.

Prisco: "Pacto sai na Constituinte"



Marcelo Cordeiro

Cordeiro pede entendimento contra crise

O deputado Marcelo Cordeiro (PMDB/BA), primeiro secretário da mesa da Assembleia Nacional Constituinte, disse ontem que o momento é difícil, mas que todas as forças políticas, partidárias e segmentos da sociedade devem buscar a unidade para consolidar o regime democrático no País.

Marcelo Lembrou que o Brasil vive uma "fase de anormalidade, a fase da transição, onde até a própria Constituinte deve ser entendida como anormal, uma busca para o reordenamento jurídico de uma sociedade que saiu de um período ditatorial". Também a moratória e a política econômica, com congelamento de preços e salários, são vistas pelo deputado baiano como a prova de que o Brasil vive um período de anormalidade.

Natal — "O pacto político proposto pelo senador Marco Maciel vai se realizar na Constituinte, no instante em que se votar o projeto da nova Constituição do País". A opinião é do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), acrescentando que no seu entender a Assembleia Nacional Constituinte é hoje o fórum mais adequado para essas negociações políticas.

O parlamentar baiano disse que a proposta de paralisação dos trabalhos da Constituinte é matéria vendida, uma vez que não houve aceitação por parte da maioria, "e não tinha sentido". Para Prisco Viana, o que se deve fazer agora é partir para uma grande negociação política, que é fundamental, urgente e indispensável, para que se possa fazer a Constituição que o País espera.

Classificando os últimos acontecimentos verificados no Rio de Janeiro de "lamentáveis", Prisco Viana afirmou que eles não modificam a rota do Brasil "de continuar caminhando para cada vez mais alargar as conquistas democráticas e consolidá-las no regime político em que estamos vivendo".

O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) acredita que há um clima favorável no sentido de se desencadear um amplo processo de mobilização popular para influir nos rumos da Constituinte. Garantiu que o primeiro passo, nesse sentido, é a realização de um ato

público, na terça-feira, em Brasília.

O parlamentar goiano lembrou que houve de tudo na votação dos relatórios das oito comissões da Constituinte: "Afronta ao regimento, esvaziamento das galerias, segurancas barando populares nas portas do Congresso e tudo arquitetado por constituintes ligados ao latifúndio e às multinacionais, para impedir mudanças e fazer passar suas propostas conservadoras". Aldo afirma que o resultado das votações foi o pior possível, nas comissões das áreas política e econômica, registrando, contudo, avanços na área social.

Aldo Arantes acrescenta que na Comissão da Ordem Econômica prevaleceram os interesses da UDR e das multinacionais, com os conservadores, comandados por Roberto Campos, Delfim Netto, Roberto Cardoso Alves, aprovando "um relatório que significa um retrocesso até mesmo em relação à Constituição da ditadura".

Outra comissão onde os conservadores agiram com total arbitrariedade, segundo Aldo Arantes, foi a da Família, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. "Foi montado um lobby para impedir a aprovação do relatório progressista de Artur da Távola. Em consequência, está ameaçado o ensino público e gratuito, reserva de mercado para a informática e o monopólio estatal das telecomunicações".

TFP sugere um conselho vitalício

São Paulo — O professor Plínio Correa de Oliveira, presidente do Conselho Nacional da TFP, e que foi também o deputado constituinte mais votado em 1934, sugeriu a formação de um Conselho de Estado nos moldes do que existiu na época do Império.

Esse Conselho poderia reunir, em caráter vitalício, uma centena de homens de maior competência nos vários ramos de atividades, auxiliando o Governo nas grandes decisões que ele devesse tomar para o bem do País.

OAB propõe o controle da Justiça

São Luís — A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e a Comissão de Justiça e Paz de São Luís elaboraram uma proposta popular de emenda ao projeto de Constituição sobre justiça e segurança pública. A emenda cria o Conselho Comunitário de Controle do Poder Judiciário e Ministério Público, dando-lhes real autonomia e independência. As entidades justificam a proposta, baseando-se no fato de que a justiça brasileira é de difícil acesso às camadas de baixa renda e lenta para a classe média.

Maia: não há riscos para a transição

Natal — Não há riscos para a transição democrática. A opinião é do senador Lavosier Maia (PDS/RN), que chegou ontem a Natal integrando a comitiva de constituintes que vieram conhecer as instalações da Força Aérea Brasileira no Estado. Para o senador pugnar "estamos vivendo realmente uma fase difícil, mas confio que os homens de responsabilidade e que amam sobretudo a pátria, tenham o necessário equilíbrio e bom-senso para conduzir a situação da melhor maneira possível".

Sobre a proposta de pacto político feita pelo presidente do partido da Frente Liberal, Lavosier Maia disse que não é fácil, "mas com a habilidade do senador Marco Maciel ele poderia chegar a um acordo razoável, que eu considero de fundamental importância para serenar os ânimos, e termos condições, num ambiente de tranqüilidade, trabalhar para bem elaborar uma Constituição que satisfaça aos anseios do povo brasileiro".

Maçonaria é contra golpe militar

O grão-mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, Orpheu Paraveni Sobrinho, disse que o pacto social "é necessário, mas difícil, por causa das forças antagonistas do capital e do trabalho que se combatem mutuamente".

— O momento social, político e econômico do País é perigosíssimo, podendo levar ao caos, se não forem adotadas urgentes reformas em todos os setores da vida nacional, afirmou o grão-mestre, acrescentando que a maçonaria é contrária a qualquer golpe militar.



Cafeteira: a convenção não é representativa

Cafeteira diz que convenção é "esclerosada"

São Luís — O governador Epitácio Cafeteira classificou de esclerosada a convenção nacional do PMDB e considera que ela "não representa, de maneira alguma, as bases do partido".

Informando que já deu a conhecer essas posições ao próprio presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, o governador do Maranhão insistiu na falta de legitimidade da convenção nacional do partido, convocada para os dias 18 e 19 de julho, uma vez que a representação parlamentar do partido se renovou em novembro último, enquanto os diretores e os delegados a convenção nacional continuam os mesmos, uma vez que houve prorrogação de seus mandatos.

No caso específico do Maranhão, existem apenas seis delegados, correspondentes à bancada federal anterior que constava de apenas três deputados federais, entre os quais o próprio Epitácio Cafeteira. Com as eleições de novembro último, o Maranhão passou a ter oito deputados federais pelo PMDB, o que corresponderia a 16 delegados, com o que Cafeteira discorda, dizendo: "Algum Estado ficou com 10 delegados que caberiam ao Maranhão".

PARLAMENTARISMO

O governador Epitácio Cafeteira, firme defensor do mandato de cinco anos para o presidente José Sar-

ney, aproveitou para criticar também os constituintes que defendem a adoção do parlamentarismo no Brasil. Diz ele: "Há parlamentares que estão defendendo eleições diretas em 1988 e parlamentarismo no Brasil, quando se sabe que esse sistema de governo é o oposto de eleições diretas".

Com isso, Cafeteira conclui que "está havendo engodo, e eu não gosto de ver quando tentam enrolar o povo", pois "no parlamentarismo quem vai escolher o poder será o colégio eleitoral do tempo da ditadura. Nesse sistema, portanto, a eleição direta para presidente não é importante".

Os delegados maranhenses à convenção do PMDB estão divididos meio a meio entre os partidários de quatro e de cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Inicialmente, pensando que poderia haver modificação na composição da lista de delegados, o diretório regional do PMDB no Maranhão chegou a convocar uma reunião para complementar o

número de delegados somando mais dez aos reais atuais. O próprio Epitácio Cafeteira seria um dos delegados. Entretanto, com uma consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), veio a desilusão: o número de delegados é definitivo até a eleição de um novo diretório regional. Decepcionado, Cafeteira reagiu considerando "esclerosada" a convenção nacional de seu partido, o PMDB.

Empresários gaúchos prometem "pressão"

Porto Alegre — Em debate com os constituintes Paulo Renato Paim, do PT, e Adroaldo Streck, do PDT, empresários gaúchos anunciaram que farão forte pressão junto à Constituinte contra a aprovação da redução da jornada para 40 horas e a estabilidade, proposta por eles consideradas "demagógicas e populistas". Mas Paim, por sua vez, defendendo as duas medidas, afirmou que, se o movimento sindical mobilizar toda sua força de pressão, conseguirá a aprovação, pois funcionará o poder político. Streck, fazendo questão de deixar claro

que não está do lado dos empresários, também se posicionou contra as duas propostas, argumentando que é um absurdo discutir na Constituinte, tornando a Constituição detalhista demais.

O presidente da Associação dos Jovens Empresários (entidade promotora do debate), Cláudio Moreira, justificou que a redução da jornada e a estabilidade, aliadas ao direito irrevocável de greve, acabam com a livre iniciativa, pois inviabilizam e levam as empresas à falência, abrindo "um violento caminho para a estatização".